

USINA HIDRELÉTRICA JIRAU

Relatório Semestral de Atividades Programa de Compensação Social

EMPRESA: **CNEC WorleyParsons Engenharia S/A**

PERÍODO DAS ATIVIDADES: **Dezembro/2009 a Maio/2010**

RESPONSÁVEL DA CONTRATADA: **Fabio Maracci Formoso**

RESPONSÁVEL DA ESBR: **Sueli Biedacha**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. ASPECTOS RELEVANTES	4
3. SUBPROGRAMA DE APOIO AO MUNICÍPIO	8
3.1. Atenção a População Migrante	8
3.2. Minimização dos Movimentos Migratórios	12
3.3. Compatibilização entre acréscimo populacional e oferta de serviços públicos	13
3.4. Sistema de Monitoramento de Demandas nas Políticas Públicas	13
3.5. Polo Industrial Porto Velho	15
3.6. Ações de obras e ampliação de serviços públicos	17
4. SUBPROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE OPORTUNIDADES	20
4.1. Diagnóstico das Políticas Públicas de Base Local	20
4.2. Ações de Capacitação Profissional Realizadas pela Construtora e ESBR	22
4.3. Qualificação de Fornecedores e Apoio ao Desenvolvimento Local Sustentável	24
5. SUBPROGRAMA DE APOIO À REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	24
5.1. Articulação Institucional	24

5.2. Avaliação e implantação de ações conjuntas com Santo Antonio Energia	24
6. SUBPROGRAMA DE FOMENTO À TECNOLOGIA DE EXTRAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS	25
6.1. Análise do Setor de Extração de Produtos Florestais	25
6.2. Oportunidades de Negócios	27
6.3. Capacitação da população	27
7. SUBPROGRAMA DE APOIO E ASSISTÊNCIA AOS GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS	29
7.1. Articulação Institucional	29
7.2. Ações do Empreendedor	29
8. ANEXOS	31
9. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO	31

1. INTRODUÇÃO

A implantação do Programa de Compensação Social implica problemas complexos, dado sua amplitude. Em primeiro lugar, há que se considerar as necessidades de interação com entes públicos, tanto para a realização de diagnósticos, quanto para a efetivação de iniciativas comuns com o Empreendedor, além da execução das obras previstas no Programa.

Existe, em complemento, uma série de ações que envolvem entes privados, especialmente aqueles que estão no âmbito das relações contratuais do Empreendedor, além de empresas induzidas pelo empreendimento.

As atividades desenvolvidas no semestre anterior deram conta, no essencial, de produzir os diagnósticos e obter as informações necessárias à execução do Programa, além de propiciar a identificação de atores e realizar as articulações necessárias à produção de tal fim.

Ao longo do semestre base do presente relatório o Programa adentra uma fase executiva, em que se trata de iniciar a materialização das diferentes ações e iniciativas previstas.

2. ASPECTOS RELEVANTES

- ✓ Consolidação Centro de Atenção ao Migrante, que deverá orientar e informar o trabalhador atraído para a Área de Influência Direta do Empreendimento. A operação do Centro foi completamente consolidada, estando definidos procedimentos, contratado pessoal e implantada estrutura física do equipamento;
- ✓ Definição com as construtoras de roteiro de informações a serem disponibilizadas via Centro de Atenção ao Migrante, referindo-se em especial aos critérios de contratação e condições documentais mínimas a serem observadas pelos candidatos;
- ✓ Realização da primeira versão do Sistema de Monitoramento de Políticas Públicas do Município de Porto Velho e implantação de seu Subsistema, que deverá cobrir a Área de Influência Direta de Jirau (que tem atividades de campo em desenvolvimento neste momento);

- ✓ Construção de duas unidades escolares (7 e 12 salas) no Polo Industrial Porto Velho, destinadas ao ensino fundamental, que deverão atender à população remanejada de Mutum-Paraná e entorno, além da própria comunidade do Polo;
- ✓ Definição com a SEMED Secretaria Municipal de Educação das unidades escolares que receberão aportes da ESBR para implantar as *salas de inclusão digital*, previstas no PBA;
- ✓ Implantação de Nova Mutum-Paraná, com equipamentos necessários a compensar impactos incorridos em várias políticas públicas, especialmente saúde, educação e lazer;
- ✓ O Polo vem sendo concebido para ser instrumento indutor do desenvolvimento local e regional, havendo para tanto a contratação de instituições como a Fundação Getúlio Vargas, que está encarregada de conceber um planejamento de longo prazo, que assegure a sustentabilidade do crescimento econômico induzido pela implantação da Usina Jirau;
- ✓ Realização de avaliações diagnósticas relativas à vocação econômica da Área de Influência Direta, fato que permite configurar as ações de qualificação da população, a serem materializadas em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Velho, através da SEMDESTUR Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo, SEMAGRIC Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e SEMAS Secretaria Municipal de Ação Social;
- ✓ Interação com a Prefeitura, através da SEMDESTUR, para customizar o Programa Fomentar, que articula a política municipal de emprego e renda, com as obrigações ambientais dos Empreendedores das Usinas do Rio Madeira, via utilização dos recursos previstos nos Protocolos de Intenções. O Programa Fomentar tem em seu escopo a realização de capacitação para os segmentos não relacionados diretamente

- ao Empreendimento, além da qualificação de empreendedores, prevendo recursos de microcrédito e apoio de médio prazo aos projetos iniciados no âmbito do Programa;
- ✓ Desenvolvimento de parceria com o Instituto Euvaldo Lodi, visando a qualificação de fornecedores, através da implantação do Programa Jirau Qualifica;
 - ✓ Estabelecimento de interações com a Prefeitura de Porto Velho, através da SEMPLA Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, visando identificar e definir as necessidades e requerimentos do Município, relacionadas à execução do Subprograma de Apoio à Revisão do Plano Diretor;
 - ✓ Mapeamento dos avanços havidos neste último tema com Santo Antonio Energia, de forma a adequar os aportes que serão realizados pela ESBR para materializar o apoio ao Município com relação ao Plano Diretor;
 - ✓ Estabelecimento de interfaces com Santo Antonio Energia, visando integrar as ações relacionadas ao Plano Diretor Municipal;
 - ✓ Realização de estudos diagnósticos visando identificar as características e natureza da atividade extrativista na Área de Influência Direta de Jirau, escopo previsto no Subprograma de Fomento à Tecnologia de Extração de Produtos Florestais;
 - ✓ Realização de levantamentos junto à SEDAM Secretaria Estadual do Desenvolvimento Ambiental e SEMAGRIC Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, tendo por meta identificar e qualificar a infraestrutura institucional relacionada à atividade extrativista;
 - ✓ Identificação através da SEDAM Secretaria Estadual do Desenvolvimento Ambiental das Unidades de Conservação existentes no Município, assim como dos responsáveis pela gestão das mesmas. Mapeamento com o mesmo órgão, dos Planos de Manejo Florestal regularmente autorizados;

- ✓ Definição de atividades extrativistas que deverão receber apoio do Empreendedor, para fins de capacitação e qualificação;
- ✓ Interações com a SEMAS Secretaria Municipal de Ação Social e órgão congênere no âmbito estadual, objetivando identificar o modelo socioassistencial do Município;
- ✓ Qualificação das deficiências do modelo socioassistencial em funcionamento, fato que levou a interfaces com os entes responsáveis pela política pública em questão, no sentido de se construir um Centro de Referência da Assistência Social em Jaci-Paraná, equipamento que deveria ser referência para a população do entorno do distrito;

3. SUBPROGRAMA DE APOIO AO MUNICÍPIO

3.1. Atenção a População Migrante

Um dos eixos estruturantes do Subprograma refere-se à atenção à população atraída para Área de Influência Direta do Empreendimento. Esta questão, complexa, começou a ser efetivamente endereçada a partir da implantação do CAM Centro de Apoio ao Migrante.

O CAM desenvolverá suas atividades em Jaci-Paraná, em local designado a este fim específico, realizando ações de:

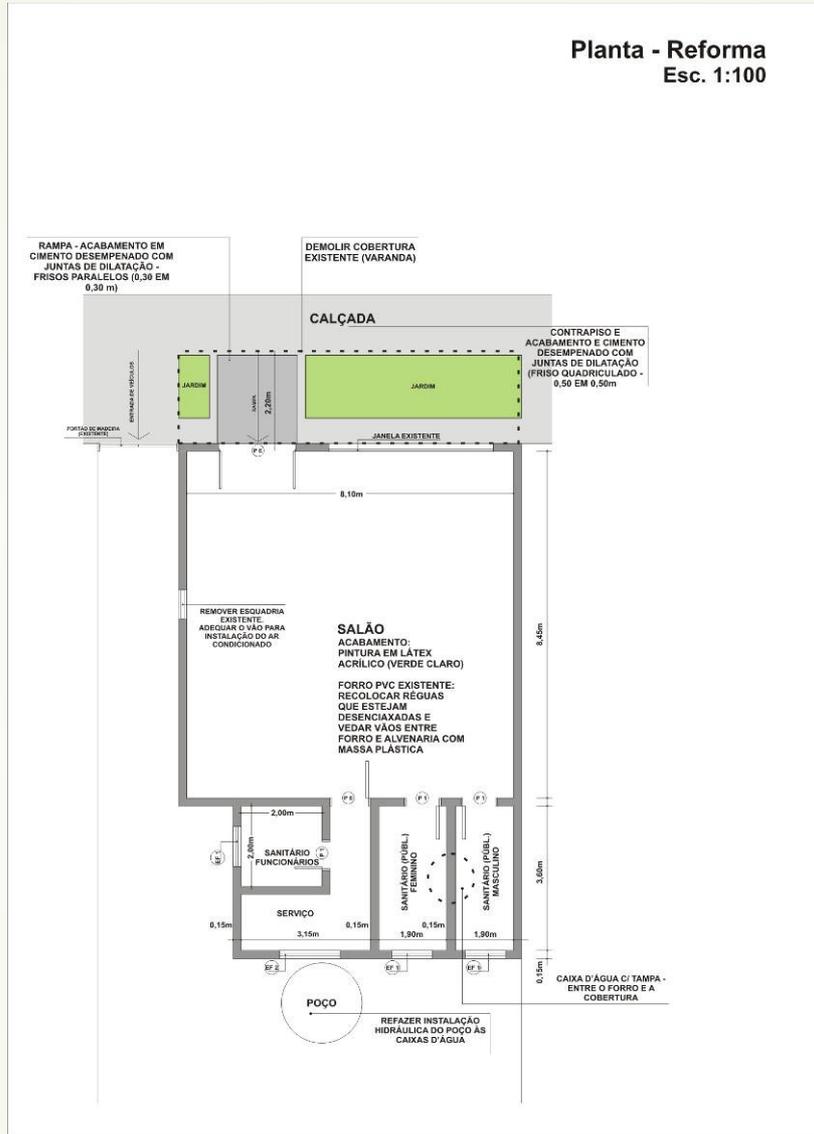
- Disponibilização e veiculação de informações;
- Acolhimento;
- Cadastramento.

Através deste equipamento se buscará aproximar o trabalhador atraído para a AID de oportunidades de trabalho aportadas pelas construtoras, empresas induzidas, além de empreendimentos locais, que possam estar demandando mão de obra, por força do aumento da atividade econômica na região.

O acolhimento do trabalhador ocorrerá em ambiente provido de sanitários, água, além de uma infraestrutura física especialmente preparada para tal fim.

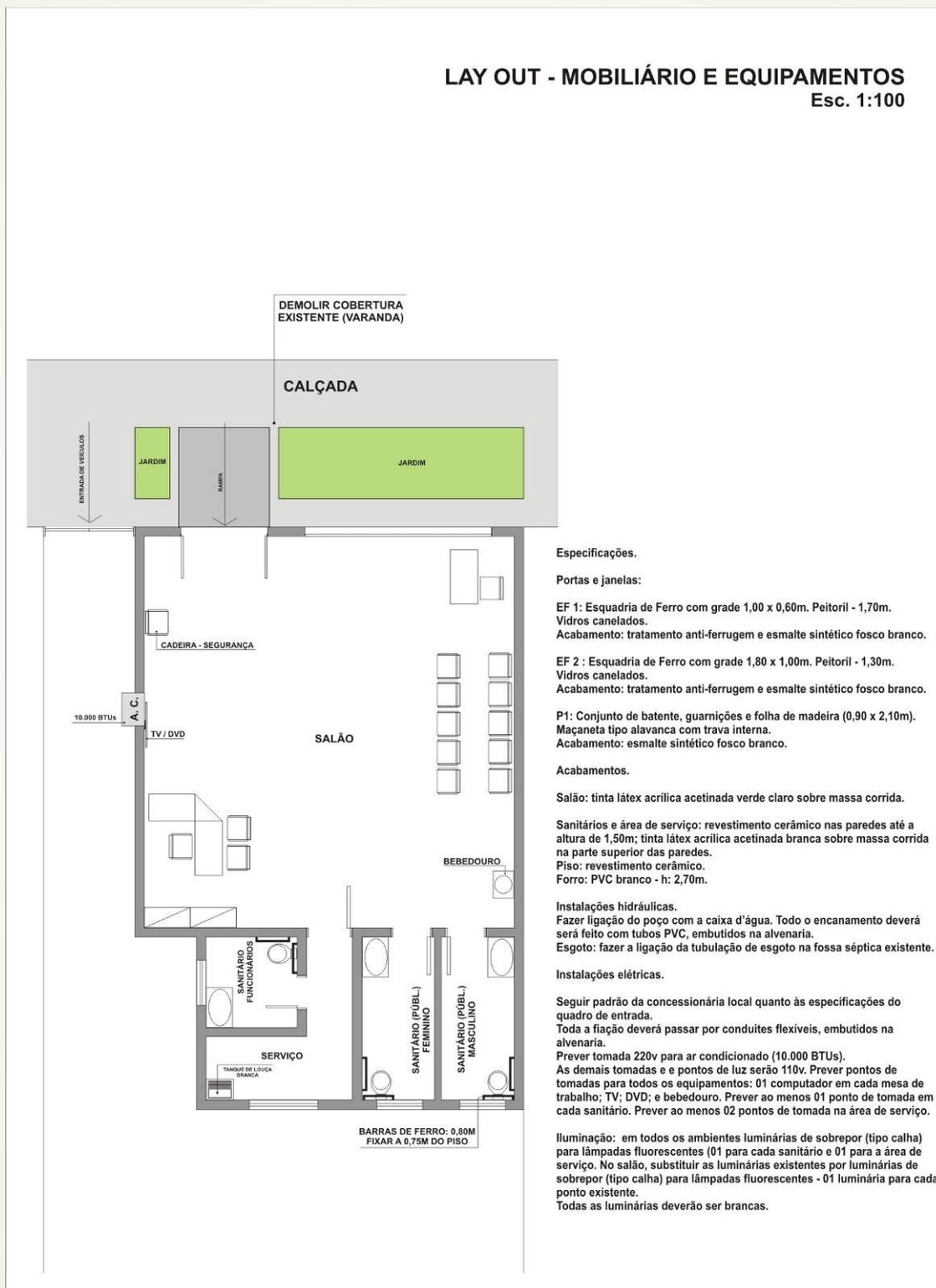
Ao ser recebido no equipamento haverá um cadastramento, que compreenderá tanto o trabalhador, quanto eventuais membros de sua família, ou grupo que com ele se desloca para a AID.

CAM – Projeto: Planta Baixa



CAM – Projeto: Layout interno

LAY OUT - MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS
Esc. 1:100



A partir da implantação do CAM e das informações obtidas do cadastramento de trabalhadores – às quais se somam os resultados do Sistema de Monitoramento, do qual se tratará adiante – se implantou iniciativas destinadas à regulação do fluxo de trabalhadores para a AID, que admite inclusive o desestímulo à migração realizado através de estratégias de comunicação dirigidas às áreas de origem identificadas.

Notas Técnicas produzidas:

- NM219_NT_SOC-AM_03 – CIT: Nota Técnica que orienta a instalação do equipamento, contendo dois anexos, a saber, Ficha de Cadastro e Manual para preenchimento da mesma.

Resumo executivo da Nota Técnica: orienta todos os aspectos relacionados à implantação do equipamento, prevendo estrutura física mínima, layout, equipamentos a serem adquiridos, estimativas de custos, perfil dos profissionais a serem contratados. Disciplina em seus anexos rotinas de cadastramento e modo de fazê-lo.

- Registro fotográfico – CAM Centro de Apoio ao Migrante





Painel interno



Painel interno



Fachada



Placa de identificação

3.2. Minimização dos Movimentos Migratórios

(Interface com o Programa de Comunicação Social)

Em conformidade com as previsões do PBA, o empreendedor procurou articular os atores essenciais à realização deste eixo de intervenções. Para tanto interagiu especialmente com a Camargo Corrêa, responsável pela obra da Usina de Jirau, de maneira a obter vagas de trabalho e perfil de profissionais que estão sendo demandados ou serão contratados pela construtora.

Com base neste conjunto de informações será desenvolvida uma estratégia ativa de comunicação, cuja meta consiste essencialmente em "direcionar esforços para a veiculação

na mídia de massa de alcance regional e de um Portal na internet em constante atualização, no intuito de alertar à população sobre a disponibilidade ou não de número de empregos em geral, pré-requisitos e política de contratação, e postos de trabalho gerados ao longo da fase de construção, conforme previsto no Programa de Comunicação Social parte integrante deste PBA”.

3.3. Compatibilização entre acréscimo populacional e oferta de serviços públicos

(Educação, Saúde, Segurança, Habitação, Saneamento, Lazer / Recreação)

Dentre as atividades mais importantes do Programa de Compensação Social encontra-se o requerimento de compatibilizar aumento populacional induzido pelo Empreendimento e oferta de serviços e equipamentos públicos.

Grande parte deste esforço foi produzido através das obras que serão implantadas com base nas previsões do Protocolo de Intenções firmado com a Prefeitura Municipal de Porto Velho, de que tratamos no item abaixo.

3.4. Sistema de Monitoramento de Demandas nas Políticas Públicas

Seguindo as previsões do PBA, foi desenvolvido um Sistema de Monitoramento que funciona por camadas. A primeira abrange a municipalidade de Porto Velho e monitora um conjunto de 13 políticas públicas; a segunda abrange a Área de Influência Direta do Empreendimento, acompanhando através de indicadores 6 políticas públicas. O Sistema de Monitoramento, que se refere ao conjunto do Município de Porto Velho, foi produzido e protocolado junto ao IBAMA 10/03/2010.

Subsistema de Monitoramento da Área de Influência Direta de Jirau

Os trabalhos de campo se iniciaram em fevereiro de 2010, mês em que se fez um primeiro reconhecimento do território, inventariando-se a disponibilidade das estatísticas previstas pela metodologia aprovada pelo Empreendedor.

A partir destes insumos foi concluído o planejamento do trabalho de campo, produzindo-se um documento que qualifica cada uma das variáveis a serem levantadas, o qual servirá como instrumento de apoio para equipe que fará o levantamento para compor a base de dados do Subsistema de Monitoramento.

3.5. Polo Industrial Porto Velho

Um dos elementos mais significativos na estratégia de redução de impactos sobre equipamentos e serviços públicos está associada à materialização do Polo Industrial Porto Velho, que prevê o estabelecimento de equipamentos e serviços na área de educação, saúde, segurança pública, lazer e turismo, além de receber populações remanejadas e técnicos qualificados relacionados ao Empreendimento.

O Polo apresenta ainda importante papel indutor de desenvolvimento local e regional, uma vez que se qualifica para receber empreendimentos de cadeias produtivas de grande importância regional, tais como a indústria madeireira e moveleira, processamento de pescados, etc.

- Registro fotográfico – Polo Industrial Porto Velho



Vista aérea



Arruamento



Arruamento



Processo de edificação das casas



Processo de edificação das casas



Casas concluídas



Quadra - detalhe



3.6. Ações de obras e ampliação de serviços públicos

Para compensar os impactos ocasionados pelo Empreendimento, a ESBR fará uma série de intervenções no território da AID, no sentido de reformar, ampliar ou construir equipamentos públicos, além de equipá-los.

Os recursos para realizar estas inversões estão consignados no Protocolo de Intenções firmado com a municipalidade de Porto Velho e Estado de Rondônia.

Dentre as obras que estão previstas especificamente no escopo do Programa de Compensação Social, vale destacar as seguintes intervenções:

⇒ Construção de uma Unidade Escolar no distrito de Nova Mutum-Paraná (distante cerca de 150 Km de Porto Velho), contemplando 07 salas de aula, sala digital, sala de professores, sanitários e pátio para recreação dos alunos.

	
<p>Escola de Ensino Fundamental no Polo – 07 salas</p>	<p>Escola de Ensino Fundamental no Polo – 07 salas</p>
	
<p>Escola de Ensino Fundamental no Polo – 07 salas (vista lateral)</p>	<p>Escola de Ensino Fundamental no Polo – 07 salas (vista interna)</p>



Escola de Ensino Fundamental no Polo – 07 salas (vista lateral)



Escola de Ensino Fundamental no Polo – 07 salas (Frente)

⇒ Construção de uma Unidade Escolar no distrito de Nova Mutum-Paraná (distante cerca de 150 Km de Porto Velho), contemplando 12 salas de aula, sala digital, sala de professores, sanitários e pátio para recreação dos alunos.



Escola de Ensino Fundamental no Polo – 12 salas (Frente)



Escola de Fundamental no Polo – 12 salas (vista de trás)

	
<p>Escola de Ensino Fundamental no Polo – 12 salas (Frente)</p>	<p>Escola de Ensino Fundamental no Polo – 12 salas (vista lateral)</p>
	
<p>Escola de Ensino Fundamental no Polo – 12 salas (Frente)</p>	<p>Escola de Ensino Fundamental no Polo – 12 salas (vista lateral)</p>

4. SUBPROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE OPORTUNIDADES

4.1. Diagnóstico das Políticas Públicas de Base Local

Capacitação de Mão de Obra, Fornecedores e Apoio ao Empreendedorismo

O Empreendedor contratou a FGV para produzir um diagnóstico das potencialidades econômicas da Área de Influência de Jirau, indicando linhas de planejamento e ação projetadas para um horizonte de longo prazo. Dentro do escopo desta iniciativa encontram-se os Produtos 2 e 3 – Diagnóstico e Análise do Polo de Desenvolvimento, vinculado ao

Projeto Diagnóstico e Recomendações para uma Proposta de Desenvolvimento Local Sustentável para Jirau.

Destes documentos se extrai como cadeias produtivas com potencial de desenvolvimento na região as seguintes:

Análise top-down:

Cadeia de suprimentos do potencial sub logístico e de serviços, em Porto Velho;

Cadeia de suprimentos do potencial Pólo metal-mecânico;

Cadeia de suprimentos da potencial indústria de turismo;

Cadeia de suprimentos da potencial indústria de artesanato;

Cadeia de suprimentos da construção civil.

Análise botton-up:

Sistemas Agroflorestais (SAF);

Manejo florestal e reflorestamento;

Piscicultura;

Indústria para beneficiamento de alimentos.

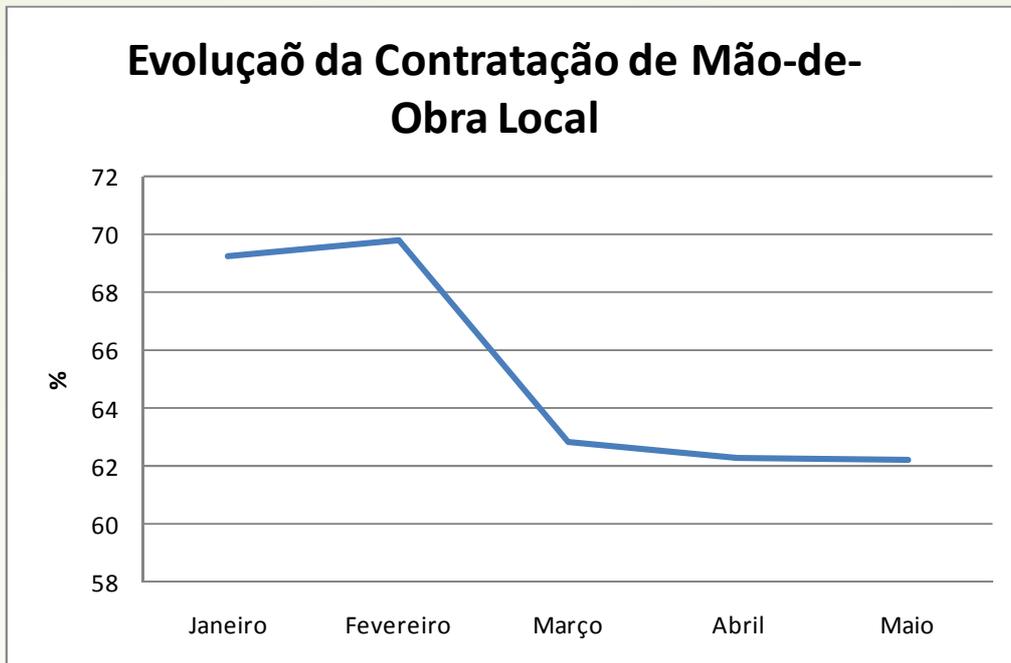
Muito embora o produto gerado pela FGV se refira particularmente ao Polo Industrial Porto Velho, as cadeias produtivas identificadas cobrem um leque suficientemente amplo para orientar as atividades do Subprograma (observando-se, inclusive, que o Polo ocupa papel nuclear nas compensações assumidas pela ESBR no PBA).

Sobre o perfil econômico da Área de Influência Direta é essencial observar sua inserção na área rural do Município de Porto Velho, havendo nucleamentos urbanos de pequeno porte, em que se encontram tanto a infraestrutura comercial, quanto a de serviços. No que se refere à ocupação das terras, predominam as pastagens sobre as áreas de lavoura, indicando a importância da atividade pecuária.

4.2. Ações de Capacitação Profissional Realizadas pela Construtora e ESBR

A partir de informações obtidas junto à Camargo Corrêa foi possível produzir uma avaliação mais sistemática das ações de capacitação da construtora. Esta avaliação está consubstanciada através da tabela e gráfico abaixo:

		jan/10	fev/10	mar/10	abr/10	mai/10
		Total				
1	Trabalhadores	6.527	6.916	8.668	9.704	10.494
1.1	Jacy-paraná	204	221	256	276	292
1.3	Rondônia	4.315	4.823	5.452	6.047	6.530
1.5	Outros estados	2.008	2.093	3.216	3.657	3.964
1.6	% de contratados locais	70	70	62	62	62
2	Trabalhadores Alojados					
2.1	Canteiro de Obras	4.591	6.700	9.412	9.430	10.719
2.2	Jacy-paraná e Porto Velho	720	838	708	809	906
3	Formação de mão-de-obra					
3.1	Módulo Básico	0	0	0	0	0
3.2	Módulo Técnico	2.080	2.525	2.525	3.328	3.607
4	Fornecedores					
4.1	Total	314	346	522	526	536
4.2	Rondônia	148	163	247	224	239
4.3	Outros estados	166	186	275	302	297
4.4	Cadastro na site da CCCC	23	31	31	48	70



Fundamental notar que a meta de contratar 70% dos efetivos do empreendimento junto à população local vem sendo seguida adequadamente.

4.3. Qualificação de Fornecedores e Apoio ao Desenvolvimento Local Sustentável

O Empreendedor vem interagindo com a SEMDESTUR Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo, a fim de coordenar as ações previstas para esta atividade.

No que se refere à Secretaria, seu intuito consiste em implantar o Programa Fomentar, que consiste de uma ação abrangente de programação das atividades de qualificação e capacitação, para que estas possam aportar resultados efetivos às políticas de emprego e renda em curso no Município de Porto Velho.

5. SUBPROGRAMA DE APOIO À REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

5.1. Articulação Institucional

Ao longo do semestre base do relatório ocorreram várias interações com a Secretaria Municipal de Planejamento e gestão – SEMPLA, visando equacionar a articulação que permitisse iniciar a implantação do Subprograma. Duas destas interações estão evidenciadas nas atas de reunião (17 e 28/05/2010) constantes dos Anexos 1 e 2.

5.2. Avaliação e implantação de ações conjuntas com Santo Antonio Energia

Tem havido interações com Santo Antonio, tanto para que se troquem informações sobre as demandas da Secretaria Municipal de Planejamento e gestão – SEMPLA, quanto para que se articulem as ações dos dois Empreendedores neste Subprograma. O fato, contudo, de que não tenham avançado os entendimentos com a Prefeitura de Porto Velho até o momento, inviabilizou a realização das ações preconizadas neste item.

6. SUBPROGRAMA DE FOMENTO À TECNOLOGIA DE EXTRAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS

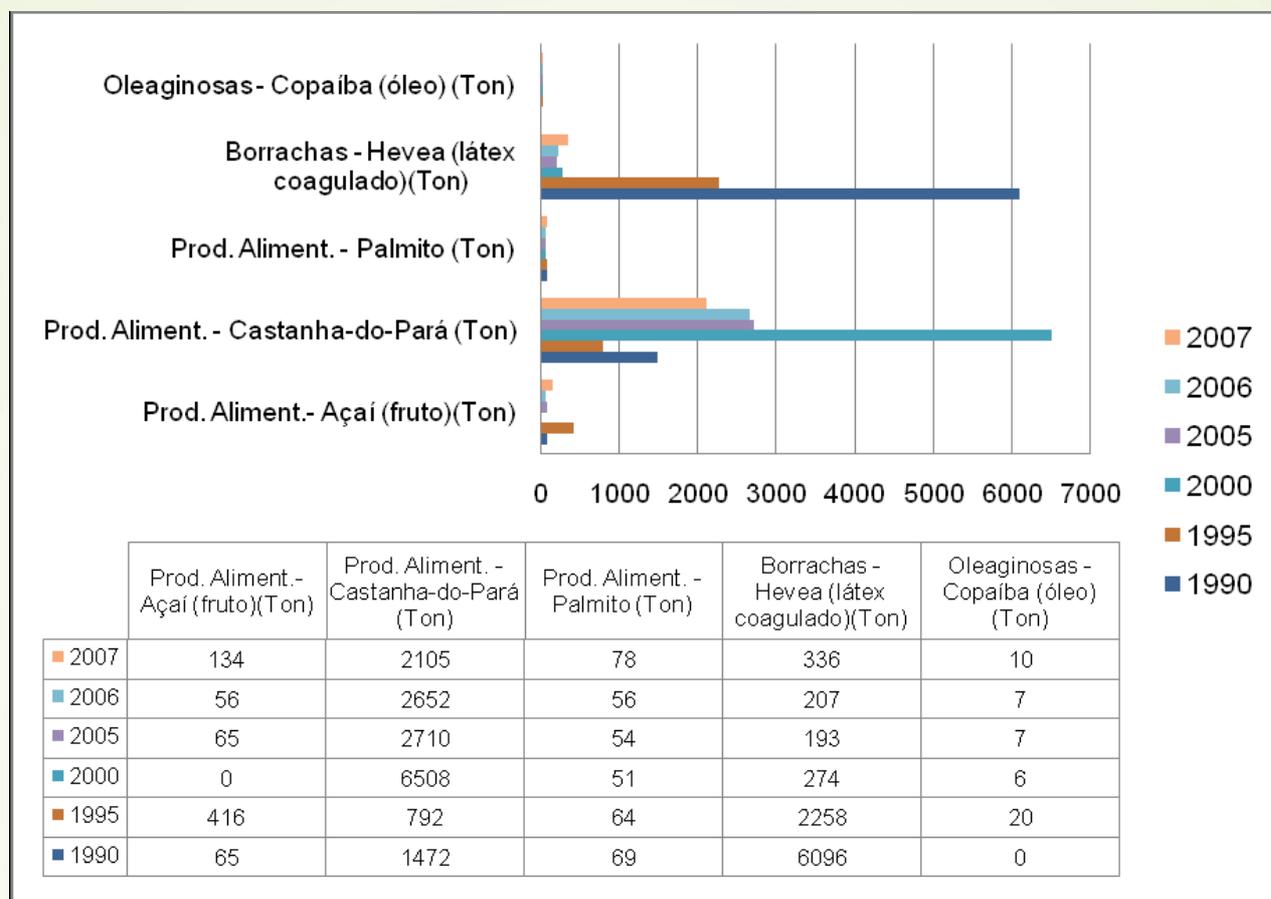
6.1. Análise do Setor de Extração de Produtos Florestais

A análise prevista nesta atividade foi consubstanciada no relatório NM219-RT-SOC-PF/01, que se baseou, a sua vez, nos seguintes documentos:

- SEBRAE – RO - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia. Levantamento de Potencialidades Sociais Coletivos. Agronegócio. UHE Jirau: Jaci-Paraná, União Bandeirantes, Mutum-Paraná e Abunã. Porto Velho: SEBRAE-RO, 2009.
- SEMAGRIC – Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento; SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia. Relatório do Cadastro de Produtores Rurais em Porto Velho e Regiões.
- PORTO VELHO (Prefeitura). SEMAGRIC – Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. Cadastro do Produtor Rural.
- RONDÔNIA (Estado). Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Rondônia.

Posteriormente, por força de trabalho diagnóstico contratado pelo Empreendedor, junto à Fundação Getúlio Vargas, agregou-se à o documento Produtos 2 e 3 – Diagnóstico e Análise do Pólo de Desenvolvimento, vinculado ao Projeto Diagnóstico e Recomendações para uma Proposta de Desenvolvimento Local Sustentável para Jirau, Rondônia (FGV), que corroborou as constatações produzidas até então sobre a questão extrativista na AID. Segundo indicações do relatório:

“De acordo com as informações do IBGE, entre os anos de 1990 e 2007 a produção extrativista vegetal não-madeireira, em Rondônia, resumiu-se ao açaí, ao palmito de pupunha e à castanha (produtos alimentícios), ao látex (borrachas), e à copaíba (oleaginosas).



Esta análise é compatível com os resultados alcançados pelo relatório NM219-RT-SOC-PF/01 Diagnóstico e identificação de oportunidades de negócios – uso e manejo sustentado de produtos florestais, encaminhado à ESBR, em 06/01.

Caminha no mesmo sentido as interações havidas com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, cujos relatórios disponibilizados, além de informação obtida verbalmente junto ao órgão, indicam ser residual a atividade extrativista florestal na região, exceto pela exploração madeireira. Os relatórios e documentos disponibilizados pela SEDAM e consultados estão indicados a seguir:

- RONDÔNIA (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental. Extração e Movimentação de Toras de Madeira Nativa por Município. Através da Guia Florestal GF 1 no Estado de Rondônia - Brasil. Porto Velho: SEDAM, 2009. 153 p.
- RONDÔNIA (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental. Comércio da Madeira por Tipo de Produto: Subdividido por mês, Produtos Florestais e Destino

das Vendas. Através da Guia Florestal GF3 no Estado de Rondônia - Brasil. Porto Velho: SEDAM, 2009. 128 p.

- RONDÔNIA (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental. Beneficiamento e Comércio de Produtos da Madeira por Espécies Florestais. Através da Guia Florestal GF3 no Estado de Rondônia - Brasil. Porto Velho: SEDAM, 2009. 108 p.
- RONDÔNIA (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental. Relação da Comercialização Total por Destino das Vendas. Através da Guia Florestal GF3I. Porto Velho: SEDAM, 2009. 7 p.
- RONDÔNIA (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental. PORTARIA N. 0171/2006/GAB/SEDAM. Porto Velho: SEDAM, 2006. 5 p.

6.2. Oportunidades de Negócios

A sobreposição dos diferentes documentos indicados acima, associadas ao conhecimento adquirido em campo, permite indicar como oportunidades de desenvolvimento de atividades extrativistas as seguintes culturas:

- Açaí;
- Palmito de pupunha;
- Castanha, ao látex (borrachas);
- Copaíba (oleaginosas);
- Babaçu;
- Cupuaçu;
- Castanha do Brasil.

6.3. Capacitação da população

(Uso Sustentado de Produtos Florestais/Planos de Manejo, Aproveitamento de Produtos Florestais, Empreendedorismo e Associativismo)

Com base nas informações obtidas nos documentos relacionados nos itens anteriores (especialmente SEMAGRIC – Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento; SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia. Relatório do Cadastro de Produtores Rurais em Porto Velho e Regiões) as demandas de capacitação estão claramente formuladas, conforme segue:

- ✓ Fortalecimento institucional;
- ✓ Associativismo e cooperativismo;
- ✓ Gestão e técnica rurais;
- ✓ Contabilidade de custos da entidade e da propriedade;
- ✓ Organização e comercialização da produção;
- ✓ Empreendedorismo rural;
- ✓ Culturas do café, banana, pupunha, cadeia produtiva da mandioca (plantio, melhoramento genético, manejo da safra, melhoria da qualidade da farinha), açaí, extrativismo do babaçu;
- ✓ Aproveitamento de subprodutos;
- ✓ Artesanato, qualidade de produtos.

Notas Técnicas produzidas:

- NM219-RT-SOC-PF/01: Este relatório procurou produzir, a partir de fontes secundárias públicas e estudos, pesquisas e levantamentos contratados pelo Empreendedor, um panorama da atividade extrativista em Rondônia e, mais particularmente, na Área de Influência Direta de Jirau. Tratou-se, contudo, de estudo de caráter exploratório, que requer complementos, inclusive através de atividade de campo.

7. SUBPROGRAMA DE APOIO E ASSISTÊNCIA AOS GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

7.1. Articulação Institucional

O Empreendedor vem atuando no sentido de desenvolver ações que tenham resolutividade no Subprograma em questão. Desse modo, tem conduzido a articulação com os entes responsáveis pela política de assistência social, particularmente SEMAS Secretaria Municipal de Ação Social, visando a implantação de um CRAS Centro de Referência da Assistência Social, de caráter regional, que seria sediado em Jaci-Paraná.

Esta definição vai ao encontro das demandas, tanto do Estado, quanto do Município, permitindo materializar um equipamento público que atenda localidades atualmente desassistidas e que se veem na condição de buscar atenção a seus direitos na sede do Município.

7.2. Ações do Empreendedor

Campanha de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA)- 04 e 05/12

A campanha em questão foi coordenada pela equipe de Comunicação Social, mas articulou uma série de atores em torno de um tema que está no escopo do Programa de Compensação Social, ou seja, a atenção a populações vulneráveis. Nesse sentido, atende a demandas previstas no PBA, merecendo o devido registro, como segue.

Parceiros:

- Associação de Moradores de Jaci-Paraná, ASPANJ, ASDJUMP;
- Governo estadual: Secretaria de Educação;

- Prefeitura Municipal: Secretaria de Educação (SEMED), Saúde (SEMUSA) e Assistência Social (SEMAS) e o Projeto Acolher.
- Sociedade civil: WCF, Construtora Camargo Corrêa, Instituto Camargo Corrêa e BS Construtora.

As principais atividades da campanha foram:

1. Pit stops em pontos estratégicos do distrito, para se fazer o trabalho de sensibilização da população para o tema;
2. Distribuição de kits da campanha, no qual se faz referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente e suas previsões;
3. Indicação do “disque 100” como canal para a denúncia de abusos contra crianças e adolescentes;
4. Palestras nas escolas e unidades de saúde, além do Polo de Desenvolvimento Sustentável (05/12);
5. Seção de cinema popular (05/12).

- Registro fotográfico:





Campanha de enfrentamento da exploração sexual

Notas Técnicas produzidas:

- NM219-NT-SOC-AM/04 - Proposta de parceria entre a ESBR e as esferas do poder público para a implantação de Centro de Referência da Assistência Social Regional – CRAS: o documento tipifica o CRAS – Pequeno Porte II, indicando serviços a serem prestados, quantidade de famílias adstritas ao equipamento, território de referência, custos de implantação e manutenção mensal. Define, ainda, os fundamentos da política de assistência social, tais como o conceito de vulnerabilidade e os marcos legais da política, estabelecendo a partir daí as bases da parceria e as responsabilidades de cada um dos partícipes.

8. ANEXOS

Anexo 1 – Ata de Reunião SEMPLA 17/05/2010

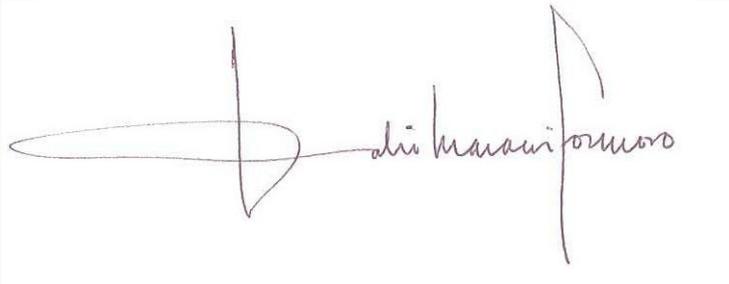
Anexo 2 – Ata de Reunião SEMPLA 28/05/2010

9. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO

A equipe técnica responsável pelo Programa de Compensação Social no período de **dezembro de 2009 a maio de 2010** constitui-se dos seguintes profissionais:

Nome do Profissional	RG	Qualificação	Função no Contrato	Participação em MÊS/ANO (%)
Sinoel Batista	9.146.457-2	Políticas Públicas	Coordenador	40
Marcelo Peron	7.492.118-6	Economista	Coordenador	40
José Luiz Borges	32.644.293	Eng. Agrônomo	Supervisor Ambiental	20
Adriana Costa Bueno	638.657	Enfermeira	Supervisora Ambiental	20

São Paulo, 31 de maio de 2010.



Fabio Maracci Formoso

CNEC WorleyParsons Engenharia S/A.

Anexo 1 – Ata de Reunião SEMPLA 17/05/2010


ATA DE REUNIÃO

DATA:	17 de maio de 2010
HORA:	15h00
LOCAL:	Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPLA - Porto Velho
ASSUNTO:	Programa de Compensação Social - Plano Diretor do Município -
PARTICIPANTES:	Marcelo Peron - CNEC
	Adriana Ap. Costa Bueno - CNEC <i>Adriana Bueno</i>
	Boris - Secretário Adjunto - SEPLAN SEMPLA <i>Boris</i>
	João Carlos Amaral - SEPLAN - SEMPLA <i>João</i>
	Madalena Re <i>Madalena</i>

Assuntos tratados:

- Nivelamento dos acertos referentes à "revisão do plano diretor", sendo colocados os pontos metodológicos acerca do tema:
- CNEC coloca o histórico de tratamento do assunto junto a Secretaria e enfatiza a necessidade de obter indicações de natureza executiva para o Subprograma. Para que a implantação seja viabilizada é necessária a indicação da SEMPLA sobre como serão aplicados os recursos;
- SEMPLA (Sr.Boris) declara que foram enviados dois projetos (novembro/2009), com ofício, para a Energia Sustentável do Brasil, através da SEMEPE. Nestes projetos consta a indicação da aplicação dos recursos do Subprograma de Revisão do Plano Diretor;
- Acordado por ambas as partes que a CNEC irá apresentar proposta de encaminhamento à ESBR, particularmente em termos de se desdobrar as ações da SEMPLA em duas áreas, a saber, Ofício indicando onde a Secretaria pretende desenvolver suas ações e, posteriormente, documento mais técnico, em que se explicam a lógica das ações.

Anexo 2 – Ata de Reunião SEMPLA 28/05/2010


ATA DE REUNIÃO 05/2010

DATA:	28 de maio de 2010
HORA:	09h30min
LOCAL:	SEMPLA
ASSUNTO:	Plano Diretor
PARTICIPANTES:	Adriana Bueno – CNEC
	Sérgio Galvão - CNEC
	Sinoel Batista - CENECA
	João Carlos - SEMPLA
	Luzia Sales – Engenheira do Departamento de Gestão Urbana - SEMPLA
	Fernanda Rocha Pinheiro – Diretora do Departamento de Gestão Urbana - SEMPLA

Assuntos tratados:

- A SEMPLA (Fernanda) inicia com uma explanação sobre o Plano Diretor do Município de Porto Velho, colocando que sua implementação continua sendo um desafio para a Secretaria.

- Com relação à Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, especifica as seguintes diretrizes:

- o Uso e Ocupação do Solo:
 - Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;
 - Regulamentação dos instrumentos de ordenação urbana;
 - Delimitação do Perímetro Urbano de Porto Velho;
 - Revisão do Código Tributário Municipal (SEMFAZ);
 - Revisão do Código Municipal de Postura (SEMUSB);
 - Revisão do Código Municipal de Obras (SEMFAZ). (Esses três últimos itens estão sendo executados por outras secretarias)
- o Mobilidade Urbana
 - Plano Setorial e Projetos de Estruturação do Sistema Viário. (Esse programa está sendo financiado pela SAE)
- o Meio Ambiente
 - Programa de Macro-drenagem de Águas Pluviais;
 - Programa de Parques Lineares (Igarapés do Madeira); (desocupação da área no entorno dos igarapés)
 - Saneamento Básico; (as obras estão sendo realizadas com recursos do PAC)
- o Planejamento Municipal
 - Sistema de Planejamento e Gestão Municipal Urbana
 - Conferência das Cidades;
 - Conselho Municipal das Cidades, já realizaram uma reunião para discutir os seguintes itens: Planejamento Urbano, Habitação e regularização fundiária, Mobilidade e Saneamento ambiental;
 - Órgão central (SEMPLA);
 - Órgãos Executores;
- o Sistema de Informações
 - Desenvolvimento, implantação do Sistema de Geoprocessamento do Município de Porto Velho e Distritos.

Adriana Bueno

S.

AL

100

1



- A CNEC coloca que a transferência de recurso para a compra de equipamentos é um assunto que precisa de um entendimento entre a ESBR, SEMPLA E IBAMA. Uma vez que o PBA não especifica a utilização do recurso para aquisição de equipamentos. A Secretaria precisa apresentar qual a posição da Prefeitura com relação a AID na aplicação das ações do Plano Diretor nessa região.

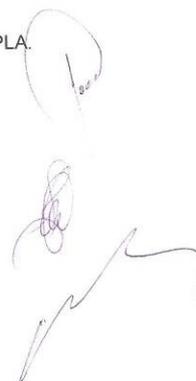
- A CNEC relata a necessidade da SEMPLA, via SEMEBE explicar para o IBAMA essa mudança de alocação do recurso do Plano Diretor.

- A SEMPLA através do Sr. João Carlos coloca que essa idéia de se reportar ao IBAMA para oficializar essa mudança de alocação de recurso do Plano Diretor é viável.

- A CNEC vai consultar a ESBR para estabelecer se o contato com o IBAMA para negociar a mudança de alocação do recurso do Plano Diretor será através da SEMPLA/SEMEPE ou da ESBR.

- A SEMPLA via SEMEPE vai encaminhar para a ESBR um documento esclarecendo a mudança de alocação de recurso do Plano Diretor. A SEMPLA vai discutir internamente um prazo para enviar esse documento.

- Ficou agendada uma reunião para o dia 23/06/10 às 14:00 horas, na SEMPLA.



Adriana Buena



Severina